BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

FIAT INDUSTRIAL

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, Parte,
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

BANCO CNH CAPITAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, referentes ao segundo semestre de 2012, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS - Desde o início de suas operações, o Banco tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do grupo Case New Holland.

O Banco CNH Capital, em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 3.380, 3.464, 3.721 e 3.988, e Circular nº 3.477 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo *Board,* as políticas institucionais de gerenciamento de riscos. Tais políticas encontram-se disponíveis na página da internet da Instituição, no endereço: www.bancocnh.com.br. A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Estrutura de Risco Operacional: Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho Diretor. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que subordina-se diretamente ao responsável por Controles Internos, área esta ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e aos papéis e responsabilidades dos órgãos que participam desta estrutura. O relatório que contém a estrutura está disponível no site www.cnhcapital.com.

Atendendo ainda ao Acordo de Basiléia II, o Banco CNH Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

B) Estrutura de Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 3.464, o Banco CNH Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Capital S.A..

O Comitê de Gestão de Risco de Mercado faz parte do Comitê de *Funding* e do Comitê de Gestão de Risco de Liquidez. Este comitê se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities), motivo pelo qual os processos, políticas e controles propostos destinam-se apenas à gestão do risco de operações sujeitas à variação cambial e à variação das taxas de juros.

As atribuições básicas na Gestão de risco de mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de risco de mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

C) Estrutura de Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 3.721, o Banco CNH Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do risco de crédito, a qual se reporta à Diretoria Financeira e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Capital S.A., é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa, quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

D) Estrutura de Risco de Capital

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 3.988, o BCNH possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital, considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da instituição.

A áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) Contabilidade Gerencial: Responsável pelo monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Companhia, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; d) Comitê de *Funding:* desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado e que envolve diretamente as áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira do Banco CNH Capital S.A., bem como a Fiat Finanças, empresa do grupo Fiat, responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável, também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário base e ao teste de *stress.*

Relativamente ao índice de Basiléia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2012, o índice de Basiléia do Banco CNH Capital S.A. era de 23,05%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	2012
Patrimônio líquido ajustado	989.759,56
- Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444 do BACEN	(3.070,44)
- Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em disponível para venda e derivativos	1.730,50
Patrimônio de referência de Nível I	988.419,62
- Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em disponível para venda, conforme Resolução nº 3.444 do BACEN	(1.730,50)
Patrimônio de referência de Nível II	(1.730,50)
Patrimônio de referência PR	986.689,12
Alocação de capital por nível de risco	470.783,90
Risco de crédito	432.375,43
Risco de mercado	5.397,29
Risco operacional	33.011,18
Patrimônio de referência exigido (PRE)	465.386,61
- Índice de Basiléia	23,32
- Índice de Basiléia Amplo (inclui RBAN)	23,05
Margem (PR - PRE - RBAN)	515.905,22

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 3.477, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua *Ouvidoria*, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Capital S.A., tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda.. Dentro desse cenário, 53,44% do total do *portfólio* corresponde a operações do segmento agrícola e 17,30% ao segmento de construção. O Banco CNH Capital S.A., também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 29,26% do *portfólio*.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 55,87% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 89.322 milhões por lote de mil ações. No exercício, houve um aumento de crédito tributário no valor de R$ 10.520 milhões, relativo ao imposto de renda e contribuição social, incidente sobre as provisões e despesas temporariamente indedutíveis.

O Banco efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R$ 53.828, sendo o valor líquido do imposto de renda retido na fonte equivalente a R$ 45.753, o referido pagamento foi realizado proporcionalmente à participação de cada acionista do Banco e incorporado ao capital social.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do trimestre, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R$ 323.821 milhões, representando 7,53% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2013.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

ATIVO

	Notas	2012	2011
CIRCULANTE		2.502.622	1.797.057
Disponibilidades	4	598	864
Aplicações interfinanceiras de liquidez		403.743	153.267
Aplicações no mercado aberto	5	403.743	153.267
Títulos e valores mobiliários	6	10.029	-
Carteira própria		10.029	-
Operações de crédito	7.a	1.960.939	1.510.635
Operações de crédito:			
Setor privado		2.098.505	1.627.967
Provisão para perdas em operações de crédito		(137.566)	(117.332)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(2.433)	(6.745)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado		41.790	31.112
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(40.918)	(30.429)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(3.305)	(7.428)
Outros créditos		108.669	116.996
Créditos por avais e fianças honrados	7.e	4.367	86.422
Diversos	8.1	107.074	115.606
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.e	(2.772)	(85.032)
Outros valores e bens		21.077	22.040
Outros valores e bens		23.070	21.079
Provisão para desvalorizações		(3.642)	(261)
Despesas antecipadas		1.649	1.222
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.769.129	1.550.257
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	84.919
Aplicações no mercado aberto		-	84.919
Títulos e valores mobiliários	6	-	148.869
Carteira própria		-	148.869
Operações de crédito	7.a	1.555.215	1.078.149
Operações de crédito:			
Setor privado		1.682.407	1.153.410
Provisão para perdas em operações de crédito		(127.192)	(75.261)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(1.913)	(1.929)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado		44.544	31.000
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(44.544)	(31.000)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(1.913)	(1.929)
Outros créditos		215.827	240.249
Créditos por avais e fianças honrados	7.e	23.365	-
Diversos	8.1	215.826	240.249
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.e	(23.364)	-
PERMANENTE		142.185	141.931
Investimentos		547	577
Outros investimentos		1.054	1.084
Provisão para perdas		(507)	(507)
Imobilizado de uso		2.108	2.024
Outras imobilizações de uso		6.214	5.701
Depreciações acumuladas		(4.106)	(3.677)
Imobilizado de arrendamento	9	134.304	136.115
Bens arrendados		254.523	356.295
Superveniência de depreciação		34.833	37.134
Depreciações acumuladas		(155.052)	(257.314)
Diferido		3.071	2.804
Gastos de organização e expansão		5.215	5.618
Amortização acumulada		(2.144)	(2.814)
Intangível		2.155	411
Ativos intangíveis		2.339	511
Amortização acumulada		(184)	(100)
T o t a l		4.413.936	3.489.245

PASSIVO

	Notas	2012	2011
CIRCULANTE		1.081.968	982.148
Depósitos	10	326.565	289.050
Depósitos interfinanceiros		280.490	117.595
Depósitos a prazo		46.075	171.455
Obrigações por empréstimos e repasses	11	642.264	546.566
Repasses do país - Instituições oficiais		642.264	546.566
Instrumentos financeiros derivativos	21	2.011	881
Instrumentos financeiros derivativos		2.011	881
Outras obrigações		111.128	145.651
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		111	208
Sociais e estatutárias		4.012	3.471
Fiscais e previdenciárias	8.2	37.065	13.824
Diversas	8.1	69.940	128.148
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.221.417	1.382.728
Depósitos	10	594.050	175.078
Depósitos interfinanceiros		-	2.067
Depósitos a prazo		594.050	173.011
Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.548.502	1.126.966
Repasses do país - instituições oficiais		1.548.502	1.126.966
Instrumentos financeiros derivativos	21	3.035	1.208
Instrumentos financeiros derivativos		3.035	1.208
Outras obrigações		75.830	79.476
Fiscais e previdenciárias	8.2	16.729	11.702
Diversas	8.1	59.101	67.774
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12	120.791	89.250
Resultados de exercícios futuros		120.791	89.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	989.760	1.035.119
Capital - de domiciliados no exterior		795.452	795.452
Capital - de domiciliados no País		5.377	5.377
Aumento de capital		45.753	-
Reserva de capital		113.908	113.908
Reserva de lucros		37.219	120.964
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(1.730)	(582)
Prejuízos acumulados		(6.219)	-
T o t a l		4.413.936	3.489.245

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

	Capital social realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	433.920	-	64.817	25.309	435	(32.505)	491.976
Integralização de capital	366.909	-	49.091	-	-	-	416.000
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.017)	-	(1.017)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	128.160	128.160
Destinações:							
Reserva legal	-	-	-	6.408	-	(6.408)	-
Reserva outras	-	-	-	89.247	-	(89.247)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	800.829	-	113.908	120.964	(582)	-	1.035.119
Mutações do exercício	366.909	-	49.091	95.655	(1.017)	32.505	543.143
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	800.829	-	113.908	120.964	(582)	-	1.035.119
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.148)	-	(1.148)
Aumento de capital	-	45.753	-	-	-	-	45.753
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	163.863	163.863
Dividendos pagos	-	-	-	(89.247)	-	(110.753)	(200.000)
Destinações:							
Reserva legal	-	-	-	5.502	-	(5.502)	-
Remuneração do capital próprio	-	-	-	-	-	(53.827)	(53.827)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	800.829	45.753	113.908	37.219	(1.730)	(6.219)	989.760
Mutações do exercício	-	45.753	-	(83.745)	(1.148)	(6.219)	(45.359)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	800.829	-	113.908	195.505	(1.316)	-	1.108.926
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(414)	-	(414)
Aumento de capital	-	45.753	-	-	-	-	45.753
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	89.322	89.322
Dividendos pagos	-	-	-	(160.061)	-	(39.939)	(200.000)
Destinações:							
Reserva legal	-	-	-	1.775	-	(1.775)	-
Remuneração do capital próprio	-	-	-	-	-	(53.827)	(53.827)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	800.829	45.753	113.908	37.219	(1.730)	(6.219)	989.760
Mutações do semestre	-	45.753	-	(158.286)	(414)	(6.219)	(119.166)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Notas	2012 2º Semestre	2012 Exercício	2011 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		342.115	675.433	685.047
Operações de crédito	7.a	282.614	532.875	430.608
Operações de arrendamento mercantil	7.b	47.597	113.470	203.235
Operações com títulos e valores mobiliários	6	13.543	31.525	51.488
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(1.639)	(2.437)	(284)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(162.433)	(326.410)	(387.021)
Captações no mercado	10	(20.054)	(41.955)	(67.208)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(7.353)	(46.702)	(80.067)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(41.242)	(100.805)	(176.136)
Provisão para perdas com operações de crédito	7.f	(93.784)	(136.948)	(63.610)
Resultado bruto da intermediação financeira		179.682	349.023	298.026
Outras receitas (despesas) operacionais		(63.166)	(98.030)	(82.142)
Receitas de prestação de serviços		2.007	3.547	2.569
Despesas de pessoal		(14.914)	(27.436)	(24.376)
Resultado de participação em controlada		-	-	5
Outras despesas administrativas	15	(23.319)	(44.608)	(45.518)
Despesas tributárias		(8.699)	(16.446)	(15.475)
Outras receitas operacionais	16	7.307	21.136	10.353
Outras despesas operacionais	17	(25.548)	(34.223)	(9.700)
RESULTADO OPERACIONAL		116.516	250.993	215.884
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(3.038)	(3.649)	158
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		113.478	247.344	216.042
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(22.819)	(81.075)	(85.855)
Imposto de renda corrente		(19.529)	(38.414)	(11.699)
Contribuição social corrente		(12.227)	8.120	(258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.937	(50.781)	(73.898)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(1.337)	(2.406)	(2.027)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		89.322	163.863	128.160
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (-)		(53.827)	(53.827)	-
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		112	205	160

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2012 2º Semestre	2012 Exercício	2011 Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	89.322	163.863	128.160
Ajustes ao lucro líquido do período	199.184	342.767	482.986
Depreciações e amortizações	517	1.021	1.066
Depreciação de arrendamento mercantil	41.171	100.734	175.504
Superveniência de depreciação	27.560	2.301	305.588
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	93.784	136.948	63.610
Provisão para desvalorização - bens não de uso	3.255	3.381	(293)
Provisão para contingências	2.864	5.709	2.546
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.937)	50.781	(73.898)
Resultado na alienação de valores e bens	396	1.499	1.876
Aumento em resultados de exercícios futuros	28.988	31.541	6.992
Ajuste de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários	(414)	(1.148)	-
Provisão BNDES	10.000	10.000	-
Equivalência patrimonial	-	-	(5)
Variação em ativos e passivos:	370.430	59.454	(1.050.120)
Redução / aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	366.392	84.919	(84.919)
Redução / aumento em títulos e valores mobiliários	58.289	138.840	(109.972)
Redução em operações de crédito e de arrendamento	(945.246)	(1.068.646)	(544.511)
Aumento em outros créditos	29.119	(13.382)	244.066
Redução em outros valores e bens	(55)	(427)	(2.267)
Redução / aumento em depósitos	515.998	456.487	(326.203)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	403.603	517.234	88.858
Redução / aumento em outras obrigações	(57.670)	(55.571)	(315.172)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	658.936	566.084	(438.974)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(336)	(620)	180
Alienação / (aquisição) em imobilizado de arrendamento	(65.341)	(101.224)	(120.898)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	(1.894)	(3.490)	7
Alienação de Investimentos	16	30	25
Aplicação no ativo diferido	(392)	(667)	546
Baixa / aplicação no ativo intangível	(1.814)	(1.829)	(211)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(69.761)	(107.800)	(120.351)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	45.753	45.753	366.910
Reserva de ágios por subscrição de ações - CNH	-	-	49.090
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(253.827)	(253.827)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(208.074)	(208.074)	416.000
Redução de caixa e equivalentes de caixa	381.101	250.210	(143.325)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.240	154.131	297.456
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	404.341	404.341	154.131
Redução de caixa e equivalentes de caixa	381.101	250.210	(143.325)

O valor recolhido de imposto de renda e contribuição social devidos sobre o exercício de 2012, somaram R$ 81.074 (R$ 85.855 em 2011).

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2012 2º Semestre	2012 Exercício	2011 Exercício
1 - RECEITAS	258.591	565.027	637.119
Intermediação financeira	342.115	675.433	685.047
Prestação de serviços	2.007	3.547	2.569
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (constituição)	(93.784)	(136.948)	(63.610)
Outras receitas operacionais	7.307	21.136	10.353
Outras receitas não operacionais	946	1.859	2.760
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(68.649)	(189.462)	(323.411)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(52.220)	(83.101)	(56.614)
Materiais, energia e outros	(237)	(468)	(544)
Serviços de terceiros	(2.117)	(4.247)	(6.624)
Outras despesas administrativas	(20.334)	(38.655)	(37.142)
Outras despesas operacionais	(25.548)	(34.223)	(9.700)
Outras despesas não operacionais	(3.984)	(5.508)	(2.604)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	137.722	292.464	257.094
5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(517)	(1.021)	(1.066)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4+5)	137.205	291.443	256.028
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	137.205	291.443	256.028
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	14.056	25.263	22.797
Remuneração direta	11.864	21.079	16.147
Benefícios	1.530	2.655	4.542
F.G.T.S.	662	1.529	1.608
Impostos, taxas e contribuições	33.713	102.100	105.372
Federais	33.069	100.923	104.512
Estaduais	1	24	24
Municipais	643	1.153	836
Remuneração de capitais de terceiros	114	217	199
Aluguéis	114	217	199
Remuneração de capitais próprios	89.322	163.863	128.160
Juros sobre o capital próprio	53.827	53.827	128.160
Lucros retidos	35.495	110.036	128.160
Total	137.205	291.443	256.028

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - *(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999.

O Banco está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações da Lei nº 11.638/07 e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
b) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
c) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
d) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
e) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
f) CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
g) CPC 24 - Contabilização e divulgação de eventos subsequentes - homologação pela Resolução CMN nº 3.973/11;
h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "*pro-rata*" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Banco utiliza o método indireto segundo o qual, o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:
(i) das transações que não envolvem caixa;
(ii) de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
(iii) de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até à data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados nas seguintes categorias:

I. Títulos disponíveis para venda: são avaliados a valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, e acrescidos dos rendimentos auferidos até à data do balanço, os quais foram lançados no resultado;

II. Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até à data do balanço, os quais foram lançados no resultado;

III. Títulos para Negociação: adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados e de forma ativa são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e contabilizados pelos seguintes critérios:

- *Operações de swap* - O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa *pro-rata* até à data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização, conforme segue:

- *Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge* - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- *Instrumentos financeiros considerados como hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens-objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar o risco decorrente da exposição à variação no valor de mercado do item-objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do período.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

No recebimento de bens não de uso próprio, é adotado o menor valor dentre os seguintes:
1. valor do crédito;
2. valor do bem apurado em laudo de avaliação, com indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados, e instituído com documentos relativos ao bem avaliado; e
3. na hipótese de crédito já baixado como prejuízo e na ocorrência de incerteza, quanto ao valor da realização do bem-objeto de dação em pagamento, prevalece o valor do bem apurado em laudo de avaliação. O reconhecimento como receita não operacional se dará quando da alienação.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas mensalmente de forma linear, com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais, de acordo com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

(...continuação)

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, Parte,
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

BANCO CNH CAPITAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

i) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros *("impairment")*
É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "*impairment*" quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

j) Passivo circulante e exigível a longo prazo
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "*pro-rata temporis*".

k) Contingências
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:
- *Ativos contingentes* - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- *Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)* - referem-se a demandas administrativas ou judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Provisões para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%. O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões, pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

m) Uso de estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Resultado de exercícios futuros
Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada, de acordo com a vigência dos respectivos contratos "*pro rata*" dia.

o) Lucro por ação
Foi calculado com base no número de ações em circulação na data base de 31 de dezembro de 2012.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Disponibilidades	598	864
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	403.743	153.267
Total	404.341	154.131

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2012		2011		
Título	**Circulante Até 3 meses**	**Total**	**Circulante Até 3 meses**	**Não circulante Acima de 1 ano**	**Total**
Aplicações e depósitos interfinanceiros	-	-	93.225	-	93.225
Operações compromissadas	403.743	403.743	60.012	84.919	144.931
Total	403.743	403.743	153.237	84.919	238.156

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os títulos e valores mobiliários eram representados, como segue:

	2012			2011		
Título	**Valor do custo corrigido**	**Valor de mercado**	**Ajuste acumulado no patrimônio**	**Valor do custo corrigido**	**Valor de mercado**	**Ajuste acumulado no patrimônio**
NTN (*)	10.028	10.029	1	149.017	148.869	(148)
Total	10.028	10.029	1	149.017	148.869	(148)

(*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido, através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

a) Títulos disponíveis para a venda
Em 31 de dezembro de 2012, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras (nota 5) e Títulos e Valores Mobiliários no montante de R$ 31.525 (R$ 51.488 em 2011).

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2012	2011
CIRCULANTE		
Repasses no país - BNDES FINAME	649.349	389.761
Empréstimos e financiamentos	1.449.156	1.238.206
Provisão para perdas em operações de crédito	(137.566)	(117.332)
Subtotal	1.960.939	1.510.635
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Repasses no país - BNDES FINAME	1.493.011	780.763
Empréstimos e financiamentos	189.396	372.647
Provisão para perdas em operações de crédito	(127.192)	(75.261)
Subtotal	1.555.215	1.078.149
Total	3.516.154	2.588.784

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco apurou receitas com Operações de Crédito no montante de R$ 532.875 (R$ 430.608 em 2011).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:
O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2012	2011
Arrendamentos a receber	86.334	62.112
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(85.462)	(61.429)
Bens arrendados (nota 9)	254.523	356.295
Superveniência de depreciação (nota 9)	34.832	37.134
Depreciação acumulada de bens arrendados (nota 9)	(155.052)	(257.314)
Perda em arrendamento a amortizar	1.006	1.216
Amortização acumulada do diferido	(809)	(1.459)
Credores por antecipação de valores residuais (nota 8)	(56.304)	(68.839)
Total	79.068	67.716

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco apurou receitas com Arrendamento Mercantil, no montante de R$ 113.470 (R$ 203.235 em 2011) e despesas com Arrendamento Mercantil, no montante de R$ 100.805 (R$ 176.136 em 2011). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R$ 5.218 (R$ 7.357 em 2011).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2012	2011
SETOR PRIVADO		
Rural	1.509.524	1.170.523
Indústria	576	478
Comércio	822.488	657.325
Serviços	696.434	500.125
Pessoa física	858.690	607.455
Total da carteira	3.887.712	2.935.906
CIRCULANTE		
Operações de crédito	2.013.771	1.555.720
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	38.106	33.919
Devedores por compra de valores e bens	84.734	72.246
Créditos por avais e fianças honrados	919	86.814
Total da carteira	2.137.529	1.748.700
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito	1.682.407	1.153.410
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	40.962	33.797
Créditos por avais e fianças honrados	26.814	-
Total da carteira	1.750.183	1.187.207

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco:

	2012						2011	
	Em curso normal		Vencidos		Total	Total	Total	Total
Nível de risco	**Operações**	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**
AA	200.038	-	-	-	200.038	-	35.919	-
A	1.288.818	6.444	239	1	1.289.057	6.445	1.350.258	6.751
B	913.278	9.133	21.784	218	935.062	9.351	969.744	9.697
C	841.489	25.245	41.792	1.254	883.281	26.499	179.324	5.380
D	270.934	27.093	28.323	2.832	299.257	29.925	94.540	9.454
E	34.125	10.237	27.219	8.166	61.344	18.403	27.169	8.151
F	5.388	2.694	12.799	6.400	18.187	9.094	15.563	7.781
G	3.528	2.470	13.443	9.410	16.971	11.880	78.739	55.118
H	99.737	99.737	84.778	84.778	184.515	184.515	184.650	184.650
Total	3.657.335	183.053	230.377	113.059	3.887.712	296.112	2.935.906	286.982

Os quadros abaixo contemplam as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas estão registradas no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Garantias prestadas - em curso normal - Finame BNDES e FIDC

	2012		2011	
Nível de risco	**Operações**	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**
AA	63.913	-	767	-
A	151.228	756	548.978	2.744
B	103.381	1.034	25.398	254
C	58.372	1.751	11.338	340
D	11.456	1.146	5.456	546
E	3.717	1.115	1.830	549
F	557	278	2.353	1.177
G	2.201	1.541	2.457	1.720
H	20.089	20.089	37.122	37.122
Total	414.914	27.710	635.699	44.452

e) Provisão para garantias prestadas - convênios de financiamento BNDES FINAME e CESSÃO DE CRÉDITO FIDC
O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME e CESSÃO DE CRÉDITO FIDC não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam a R$ 414.914 (R$ 635.699 em 2011). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a estas operações de repasse vencidas, montavam em R$ 27.732 em dezembro de 2012 (R$ 86.422 em 2011) e, estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em dezembro de 2012, o Banco possui provisão no montante de R$ 27.710 (R$ 44.452 em 2011), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R$ 26.136 (R$ 85.033 em 2011), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente às garantias já honradas.

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito
A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2º Semestre de 2012		Exercício de 2012		Exercício de 2011	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	**Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas**	**Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME**	**Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas**	**Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME**	**Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas**
Saldo no início do período	37.994	240.633	44.452	286.982	75.543	567.271
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(10.284)	104.068	(16.742)	153.690	(31.091)	(11.300)
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(48.589)	-	(144.560)	-	(268.989)
Saldo final	27.710	296.112	27.710	296.112	44.452	286.982

Os créditos recuperados no exercício somaram R$ 198.147 (R$ 117.136 em 2011) e os créditos renegociados somaram R$ 47.069 (R$ 10.125 em 2011).

8. Outros créditos e outras obrigações

8.1. Diversos

	2012	2011
Outros créditos – circulante		
Créditos tributários (vide nota 13c)	44.917	63.998
Imposto a compensar	9.814	13.349
Valores a receber de sociedades ligadas (vide nota 18)	22.428	34.172
Valores pagos renegociações BNDES	25.429	-
Outros	4.486	4.087
Total	107.074	115.606
Outros créditos – longo prazo		
Créditos tributários (vide nota 13c)	210.963	237.345
Devedores de depósito em garantia	4.864	2.904
Total	215.827	240.249
Outras obrigações – circulante		
Credores por antecipação de valor residual em garantia	27.254	34.482
Parcelas recebidas e não baixadas (a)	10.840	58.705
Valores a pagar – Convênios (vide nota 7e)	14.455	24.211
Provisão para pagamentos a efetuar	2.941	624
Despesas de pessoal	2.487	1.947
Outras despesas administrativas	1.963	3.265
Outras obrigações com sociedades ligadas	-	4.526
Outros	10.000	388
Total	69.940	128.148
Outras obrigações – longo prazo		
Credores por antecipação de valor residual de garantia	29.050	34.357
Valores a pagar – Convênios (vide nota 7e)	13.255	19.853
Provisão para riscos trabalhistas (vide nota 20)	9.738	10.560
Provisão para riscos cíveis (vide nota 20)	7.058	3.004
Total	59.101	67.774

(a) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 31 de dezembro de 2012, tais parcelas são baixadas, no mês subsequente em até 5 dias úteis.

8.2. Fiscais e previdenciárias

	2012	2011
Fiscais e previdenciárias - Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	37.065	13.824
Total	37.065	13.824
Fiscais e previdenciárias - longo prazo		
Provisão para impostos sobre diferido (vide nota 13c)	13.933	9.283
Provisão para riscos fiscais (vide nota 20)	2.796	2.419
Total	16.729	11.702

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2012	2011
Veículos e afins	254.523	356.295
Superveniência de depreciação	34.833	37.134
Depreciação acumulada	(155.052)	(257.314)
Total	134.304	136.115

Movimentação da superveniência de depreciação

	2012	2011
Saldo inicial	37.134	342.722
Superveniência / Insuficiência de depreciação do período	17.644	(67.279)
Prejuízo do período	(19.945)	(60.871)
Cessão da carteira de leasing	-	(177.438)
Saldo final	34.833	37.134

No exercício, foram registrados R$ 17.644 (R$ 67.279 em 2011) de superveniência de depreciação em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

10. DEPÓSITOS

	2012					2011
	Circulante		Exigível a longo prazo			
Título	**Até 3 meses**	**3 a 12 meses**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Total**	**Total**
CDI	54.631	225.859	-	-	280.490	119.662
CDB (*)	11.861	34.214	8.735	585.315	640.125	344.466
Total	66.492	260.073	8.735	585.315	920.615	464.128

(*) Taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no ano foi de 102% do CDI (106% em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R$ 41.955 (R$ 67.208 em 2011).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2019 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.
Em 31 de dezembro de 2012, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R$ 46.702 (R$ 80.067 em 2011).
Com fins de efetuar a regularização financeira da Carteira de Operações Indiretas Automáticas firmadas com recursos do BNDES, no âmbito aos Programas Agropecuários do Governo Federal, o BNDES através da Área Agropecuária e de Inclusão Social – AGRIS, publicou a CARTA SUP/AGRIS nº 08/2012-BNDES.
O referido normativo instituiu a adoção de um conjunto de providências denominado "Encontro de Contas", entre créditos e débitos recíprocos do Sistema BNDES e de cada Agente Financeiro. Ao final do referido procedimento (Encontro de Contas), obter-se-ia um saldo credor que deveria ser liquidado pela parte devedora.
De acordo com o disposto na CARTA SUP/AGRIS nº 27/2012-BNDES, os Agentes deveriam manifestar ao BNDES, até 26/10/2012, eventuais divergências acerca das posições financeiras apresentadas pelo BNDES no âmbito do "Encontro de Contas".
Adotando as providências e seguindo o cronograma elencado naqueles normativos, o Banco conclui os trabalhos de reconciliação com posição credora de aproximadamente R$ 60 milhões, os quais foram creditados em 05/12/2012. O montante recebido foi utilizado para baixa de contas a receber no valor de R$ 33 milhões, sendo o restante de R$ 27 milhões registrados a crédito no resultado do exercício.

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada CNH Latin América e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do período:

	2º Semestre	Exercício	
	2012	**2012**	**2011**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	58.314	191.111	214.015
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15%, respectivamente	(23.326)	(76.445)	(85.606)
Efeito das exclusões / adições permanentes/temporárias:	507	(4.631)	(249)
Efeito das exclusões e adições do semestre / exercício	(532)	(703)	(296)
Ajuste da base de cálculo da CSLL (*)	-	(4.967)	-
Destinação para incentivos fiscais	1.039	1.039	47
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do semestre / exercício, líquido dos impostos diferidos	(22.819)	(81.074)	(85.855)

(*) Seguindo uma nova orientação jurisprudencial do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o BCNH passou a neutralizar os efeitos dos ajustes de insuficiência ou superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil na base de cálculo da CSLL. Em maio de 2012, foi efetivado o recálculo da CSLL dos últimos 5 anos, gerando uma despesa de imposto de R$ 4.967.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2º Semestre	Exercício	
	2012	**2012**	**2011**
Impostos e contribuições correntes:			
Imposto de renda e contribuição social	(31.756)	(30.293)	(11.957)
Impostos e contribuições diferidos:			
Imposto de renda e contribuição social	8.937	(50.781)	(73.898)
Total	(22.819)	(81.074)	(85.855)

c) Movimentação e origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Descrição	**Saldos em 31/12/11**	**Constituição (reversão líquida da realização)**	**Saldos em 31/12/12**
Provisão para perdas com créditos (a)	219.076	(16.972)	202.104
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.833	(108)	1.725
Provisão para contingências	4.095	722	4.817
Provisão para desvalorização de bens não de uso	104	1.353	1.457
Prejuízo fiscal (IRPJ) - Superveniência	8.504	(8.504)	-
Base negativa CSLL	36.171	(36.171)	-
COFINS Lei nº 9.718	27.710	7.797	35.507
Outros	3.850	6.420	10.270
Total	301.343	(45.462)	255.880
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	(9.283)	(4.650)	(13.933)
Créditos tributários - líquidos	292.060	(50.112)	241.947

a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente por parte da provisão existente de R$ 202.104, acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários
Considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2012, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 e Resolução nº 3.355 de 30 de setembro de 2006 do Banco Central do Brasil e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	**2012**	**2011**
2012	-	63.998
2013	44.917	54.613
2014	80.424	76.672
2015	44.917	49.928
2016	44.917	49.534
2017	40.705	6.598
Total	255.880	301.343

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R$ 210.842 (R$ 245.028 em 2011).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 846.582.770 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 453.026.758 ações pertencentes à CNH Global N.V., com sede na Holanda, 387.872.055 ações pertencentes à CNH Capital UK Limited, com sede no Reino Unido, e 5.683.957 ações da CNH Latin América Ltda.. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

b) Aumento de capital
O Banco efetuou aumento de capital social no valor de R$ 45.753, através da emissão de 45.753.521 ações ordinárias, lançadas pelo seu valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, que foram distribuídas, proporcionalmente, à participação de cada acionista na Companhia, passando o capital social do Banco de R$ 800.829 para R$ 846.582. O valor está registrado no patrimônio líquido do Banco, como aumento de capital até à homologação do Banco Central do Brasil.

c) Reserva de capital
A reserva de capital é decorrente, substancialmente de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

d) Reserva de lucros
A reserva de lucros - outros, referem-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

e) Juros sobre o capital próprio
O Banco efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$ 53.827, sendo o valor liquido do imposto de renda retido na fonte equivalente a R$ 45.753. O referido pagamento foi realizado, proporcionalmente à participação de cada acionista do Banco e incorporado ao capital social.

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	Exercício	
	2012	**2012**	**2011**
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(10.400)	(19.426)	(20.331)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(2.729)	(4.940)	(4.121)
Doações e incentivos	(1.051)	(1.051)	-
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(1.843)	(3.668)	(6.992)
Despesas de processamento de dados	(2.398)	(4.551)	(4.381)
Despesas de viagens e transportes	(1.446)	(3.748)	(2.536)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(919)	(1.691)	(1.756)
Despesas de promoções e publicidade	(929)	(2.022)	(1.645)
Despesas de amortização e depreciação	(517)	(1.021)	(1.066)
Despesas de comunicações	(358)	(673)	(679)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(153)	(297)	(303)
Outras despesas administrativas	(576)	(1.520)	(1.708)
Total	(23.319)	(44.608)	(45.518)

(a) Referem-se, substancialmente a serviços de assessores jurídicos no montante de R$ 10.670 (R$ 10.297 em 2011), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros e serviços de análise de crédito R$ 7.380 (R$ 8.815 em 2011) e outros prestadores de serviços.
(b) Referem-se, substancialmente a serviços de cobrança no montante de R$ 3.617 (R$ 3.467 em 2011), e outros prestadores de serviços no montante de R$ 1.323 (R$ 654 em 2011).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	Exercício	
	2012	**2012**	**2011**
Outras rendas operacionais	2.165	11.598	384
Recuperação de encargos e despesa	5.142	9.538	10.353
Total	7.307	21.136	10.737

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	Exercício	
	2012	**2012**	**2011**
Despesas com descontos concedidos em renegociações	(1.205)	(4.395)	-
Despesas com atualizações monetárias	(901)	(902)	(637)
Despesas de comissões	(120)	(188)	(127)
Despesas de vistorias de bens financiados	(267)	(658)	(677)
Despesas de fianças bancárias (a)	(17.917)	(20.479)	(1.471)
Despesas com provisão para contingências	(5.092)	(7.488)	(5.264)
Outras despesas operacionais	(46)	(113)	(1.524)
Total	(25.548)	(34.223)	(9.700)

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidoras das operações com o BNDES.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2º Semestre 2012		Exercício 2012		Exercício 2011	
	Ativo (Passivo)	**Receita (Despesa)**	**Ativo (Passivo)**	**Receita (Despesa)**	**Ativo (Passivo)**	**Receita (Despesa)**
Depósitos (CDB)	(545.392)	(12.809)	(545.392)	(14.354)	(126.987)	(13.064)
Fiat Automóveis S.A.	(348)	(47)	(348)	(62)	(330)	(34)
Fiat do Brasil S.A.	(1.063)	(152)	(1.063)	(199)	(1.008)	(105)
CNH Latin America Ltda.	(543.849)	(12.592)	(543.849)	(14.069)	(125.522)	(12.911)
CNH Administração	(115)	(16)	(115)	(22)	(112)	(12)
Demais empresas	(17)	(2)	(17)	(2)	(15)	(2)
Serviços prestados	(273)	(3.276)	(273)	(5.117)	(388)	(1.028)
Fiat Finanças	(252)	(3.000)	(252)	(4.500)	(220)	-
Fiat do Brasil S.A.	(21)	(276)	(21)	(617)	(168)	(1.028)
Outros créditos e obrigações	(22.428)	(17.899)	(22.428)	(19.712)	28.675	(971)
CNH Global	-	(17.899)	-	(17.899)	-	-
CNH Latin America Ltda.	(22.428)	-	(22.428)	-	29.646	-
Fiat SPA.	-	-	-	-	(971)	(971)
Fiat Industrial	-	-	-	(1.813)	-	-

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para o exercício, bem como pela remuneração variável, provisionada no semestre e paga no semestre, e totalizaram R$ 578 (R$ 1.231 em 2011).

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações - provisões para riscos fiscais" no montante de R$ 2.796 (R$ 2.419 em 2011), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para riscos cíveis" no montante de R$ 7.058 (R$ 3.004 em 2011) e provisão para riscos trabalhistas, no montante de R$ 9.738 (R$ 10.560 em 2011).

Provisões para riscos fiscais
Representadas por autos de infração sobre ISS no montante de R$ 2.114 (R$ 1.868 em 2011), e outras provisões R$ 683 (R$ 551 em 2011) registrados na rubrica de "Outras obrigações - provisões para riscos fiscais".

Provisões para riscos trabalhistas
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R$ 9.738 (R$ 10.560 em 2011) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - provisão para riscos trabalhistas".

Provisões para riscos cíveis
São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R$ 7.058 (R$ 3.004 em 2011) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - provisão para riscos cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2011	2.419	10.560	3.004	15.983
Constituição / Reversão	154	756	4.400	5.310
Atualização monetária	274	110	15	399
Baixas por pagamento	(51)	(1.688)	(361)	(2.100)
Saldo final em 31/12/2012	2.796	9.738	7.058	19.592

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado e de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

a) Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

b) Risco de Mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

c) Risco de Liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos. Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas em virtude de um cenário macro-econômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de *swaps* que permitem o controle e/ou manutenção dos *spreads* esperados nas referidas operações.
Os contratos de *swaps,* firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na CETIP, sendo que o valor justo (*fair value*) das operações estão atualizados até à data de 31 de dezembro de 2012, sendo registrado como diferencial a pagar na rubrica de "Outras obrigações - instrumentos financeiros derivativos" o valor de R$ 5.046, em contrapartida às rubricas de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos" (Conta de resultado) e "*Hedge* de fluxo de caixa" (Patrimônio Líquido), cujos valores são R$ 2.437 e R$ 1.731, respectivamente. Os vencimentos estão distribuídos de janeiro de 2013 a maio de 2017, e as taxas das operações passivas contratadas variam de 6,97% a 8,50% a.a..
A seguir, apresentamos o quadro resumo das operações de *swap* em aberto na data de 31 de dezembro de 2012:

Descrição	**Valor de referência**	**Valor de mercado**
Posição ativa		
Taxa 100,75% CDI	1.011	1.350
Taxa 100,95% CDI	1.179	1.545
Taxa 103,00% CDI	15.143	17.954
Taxa 104,00% CDI	2.692	3.697
Taxa 105,00% CDI	32.364	33.982
Taxa 105,20% CDI	40.000	42.251
Total	92.389	100.779
Posição passiva		
Taxas pré	92.389	105.825
Total	92.389	105.825
Diferencial a pagar	-	5.046

22. LIMITES OPERACIONAIS

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basiléia para 31 de dezembro de 2012 é 23,05% (29,12% em 2011).

DIRETORIA

BRETT DAVID DAVIS – Diretor-Presidente
RICARDO PEGORINI – Diretor
OLACIR APARECIDO DE OLIVEIRA – Diretor
PAULO MAXIMO FILHO – Diretor

CHEFE DE CONTABILIDADE

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
CRC PR-048.630/O-9 - CPF 026.051.179-01

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALENTINO RIZZIOLI – Presidente do Conselho
STEVEN CRAIG BIERMAN – Conselheiro
BRETT DAVID DAVIS – Conselheiro
HEBERSON JOSÉ DE GÓES – Conselheiro

CONTADORA

CRISTINA SCATOLIN QUIRINO
CRC PR-055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco CNH Capital S.A.**
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva
O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota explicativa nº 7). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva
Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação referida no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Capital S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-PR

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1-S-PR